



## Ontologia do presente: o neoliberalismo como estratégia

Ontology of the present: neoliberalism as strategy

**Felipe Luiz** <sup>1</sup>

**Resumo:** No correr dos anos 1970, o filósofo francês Michel Foucault empreendeu uma curiosa análise do neoliberalismo em algumas de suas versões, especialmente em suas versões alemã, o ordoliberalismo, e estadunidense. Quando de então, o neoliberalismo apenas se ensejava no campo político global, embora já fosse realidade há meio século nos debates econômicos. Foucault analisa como o neoliberalismo se constituiu, primeiramente na Alemanha da República de Weimar, e como ele tomou forma em suas versões francesa e estadunidense. O artigo analisa o neoliberalismo estadunidense, tal como descrito pelo filósofo francês, enquanto uma estratégia histórica. Nas partes finais do artigo, debatemos com Perry Anderson, influente teórico marxista, que, em meados dos anos 1990, elaborou uma análise muito propagada, sobre os caminhos do neoliberalismo até então. O intuito desse debate é compreender quais diálogos podem ser estabelecidos entre a análise marxista do tema, na pena de Anderson, e aquela de Foucault.

### **Palavras-chave**

Foucault. Genealogia. Neoliberalismo. Estratégia. América Latina.

**Abstract:** During the 70' the French philosopher Michel Foucault (1926-1984) undertook a curious analyzes of the neoliberalism in some of its versions, specially the German and American ones. In that period, if the neoliberalism only insinuated itself in the political field, it was reality for more than a half century in the economical debates. Foucault analyzes how neoliberalism have constitute itself, first in the Weimar Republic's of Germany, and how it took his shape in its German and French versions. Our papers focus in to analyze the US neoliberalism, how it has been described by the French philosopher, striving ourselves to show it as an historical strategy, concept that we took of Foucauldien texts, as we show in the sequence of our paper. In the final parts of the paper, we debate with some thesis of Perry Anderson, an influential Marxist theorist, who, in the middle of the 90s, elaborated an analysis very propagated about the paths of the neoliberalism so far. The objective of our debate is to understand which dialogues can be made between the Marxist analysis of the theme, in Anderson's pen, and that of Foucault.

### **Keywords**

Foucault. Genealogy. Neoliberalism. Strategy. Latin America.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP/Marília). E-mail: gumapoldo51@yahoo.com.br

## Introdução

Há variados conceitos de estratégia na obra de Foucault, posto que o pensador francês fez um uso ostensivo do termo. Seja na parte arqueológica de seus escritos, seja naquela genealógica, a noção de estratégia aparece como meio de explicar muitas coisas, por vezes díspares. É interessante notar que, dentre as distinções que aponta Castro (2016), não apareça, ou apareça de forma mascarada um destes significados, dentre aqueles mais relevantes, da noção de estratégia em Foucault, que é o conceito de *estratégia sem sujeito*. No decorrer do artigo, tentaremos precisar essa noção, na busca por mostrar como se pode encarar o neoliberalismo dessa maneira.

E quanto ao neoliberalismo? Muitas vezes negada sua existência pelas correntes conservadoras<sup>2</sup>, o neoliberalismo é sistematicamente defendido por grandes instituições internacionais, como FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e OMC (Organização Mundial do Comércio)<sup>3</sup>. Chang (2004), em *Chutando a escada*, aponta como estes organismos defendem certas políticas, que ele chama ironicamente de “boas”, à guisa de promover o desenvolvimento dos países periféricos, mas que, no fundo, não foram as políticas que os próprios países desenvolvidos se valeram no seu processo de desenvolvimento. A abordagem de Chang se baseia em amplo estudo sobre a história econômica do mundo, com dados e tabelas, como sói ocorrer nesse gênero de pesquisa. Como o título de seu livro indica, é como se os países desenvolvidos chutassem a escada por onde subiram, a fim de que os países emergentes não possam alcançar o desenvolvimento, dado que, no mercado mundial, potenciais centrais (países desenvolvidos) e países em desenvolvimento são potenciais concorrentes, o que não interessa às nações que já possuem empresas de nível global.

No último período, especialmente após a enorme crise do *sub-prime* de 2008, grandes instituições financeiras e indústrias ficaram à beira da bancarrota, mas, na maior parte dos países, foram salvas da decadência. Se houve, nesse período, certa revivescência das idéias keynesianas (CHANG, 2015), utilizadas para justificar a salvação dos bancos, estas foram logos abandonadas. Instituições internacionais de porte, como o BCE (Banco Central Europeu) prescreveram políticas neoliberais, sobre o pomposo nome de *austeridade*, para muitos países, cujo caso mais notável foi a Grécia, envolta em protestos de toda ordem, com níveis crescentes de miséria e desamparo.

---

<sup>2</sup> Por exemplo, “O método neoliberalismo no Brasil”, 23 de agosto de 2017, disponível em <<http://www.lpbraganca.com.br/2017/08/23/o-mito-do-neoliberalismo-no-brasil/>>, acessado em 25/08/2020.

<sup>3</sup> Dardot e Laval fazem uma fina análise, na continuidade das pesquisas de Foucault, sobre o neoliberalismo contemporâneo, e integram mesmo as consequenciais iniciais das políticas adotadas no enfrentamento à crise do *sub-prime*. Embora sejam marxistas, não deixam de incorporar as teses e posições de Foucault. Nosso artigo já estava pronto quando tomamos contato com a dupla francesa, de modo que, em breve, esmiuçaremos em novo trabalho o que nos separa de seus apontamentos. Para mais detalhes: DARDOT, P. LAVAL, C. La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale. Paris: La Découverte, 2009 [Edição brasileira: DARDOT, P. LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016].

Mas o que é, afinal de contas, o tal neoliberalismo? Como ele surgiu? Como foi implantado? Quem são seus demiurgos e agentes? São estas perguntas que, na seqüência, tentaremos responder.

### O conceito de estratégia

Castro (2016) distingue três sentidos de estratégia em Foucault, os quais reproduzimos:

1) Designa a escolha dos meios empregados para obter um fim, a racionalidade utilizada para alcançar os objetivos. 2) Designa o modo em que, em um jogo, um jogador se move de acordo com o que pensa acerca de como atuarão os demais e do que pensa acerca do que os outros jogadores pensam acerca de como ele haverá de se mover. 3) Designa o conjunto de procedimentos para privar o inimigo de seus meios de combate, obrigá-lo a renunciar à luta e, assim, obter a vitória (p. 151-152)

Vamos nos ater ao primeiro sentido e tentar ampliá-lo. Isto porque, em um debate realizado em julho de 1977, Cathèrine Millot, uma interlocutora de Foucault, comentando a *Histoire de la sexualité I*, fala em uma *estratégia sem sujeito* para definir as formas como, em uma dada sociedade, se formam maneiras de capturar os operários em uma estratégia de fixação nas cidades operárias, conforme Foucault precisa mais abaixo no texto (FOUCAULT, 1994a, p. 306). Esta estratégia é sem sujeito dado que, embora tenha se efetivado, não foi assim pensada por ninguém. As coisas foram ocorrendo, sempre em um contexto belicoso, e, quando se viu, um *dispositivo* estava montado. E, mesmo que tivessem sido pensadas, sendo as relações sociais belicosas, há um conflito entre os poderes e as resistências, de modo que o dispositivo estabelecido é fruto dessa relação dinâmica. As estratégias sem sujeito redundam em dispositivos. *Dispositivo* é um termo técnico da filosofia de Foucault, objeto de múltiplos debates e comentários (Por exemplo, DELEUZE, 1996b, e AGAMBEN, 2006); através desse termo o pensador francês designa um conjunto de instituições, leis, discursos, etc., que impõe, no conjunto do real, dada organização social, podemos dizer, que instaura e mantém certa correlação de forças, em um contexto de dominação social. Assim, por exemplo, teria se formado no século XIX um dispositivo de sexualidade, destinado a repartir, no mar das práticas sexuais possíveis, aquelas a ser sancionadas e aquelas sobre as quais se exercia uma distinção normal/anormal, intervindo sobre as últimas (FOUCAULT, 1976).

Podemos, agora, abstrair ainda mais. “Estratégia sem sujeito”, termo acima discriminado, é um mau nome para uma boa ideia. Há sujeitos envolvidos; o que não há é um *gênio estrategista*, à moda do gênio maligno cartesiano, operando e criando estratégias para nos dominar. Por isso, vimos preferindo o nome de *estratégia histórica*, que salienta como estas estratégias foram adotadas historicamente, e como são mutáveis e não eternas. Pode-se dizer, em um outro nível, que *o mundo não é a totalidade nem das coisas nem dos fatos, mas das estratégias*. Empreender a *ontologia do presente*, outro termo técnico da filosofia de Foucault, é realizar a genealogia das estratégias históricas

em dada formação social, em uma *série* e, depois, unificar as séries em um *quadro*, tal seja, a própria *ontologia do presente* desta mesma sociedade.

A realização de uma ontologia do presente implica indagar o que torna o presente momento no qual vivemos único, isto é, o que o diferencia do passado, o que o vinca no fluxo dos fatos. O termo aparece em alguns poucos textos de Foucault, e possui como sinônimos “ontologia da atualidade” ou “ontologia histórica de nós mesmos”. Para Foucault, essa seria uma das contribuições mais proíficas da filosofia crítica de Kant, o qual teria, pela primeira vez, pensado a atualidade em termos filosóficos, em um tempo marcado pela Revolução francesa e sua expansão na Europa majoritariamente absolutista de então (FOUCAULT, 1994b, pp. 679-688; e também REVEL, 2003).

Foucault, ele mesmo, elaborou uma coleção de séries: o dispositivo carcerário, o grande internamento, o dispositivo da sexualidade, a genealogia do governo e das governamentalidades, e, nesta, a genealogia do neoliberalismo, que começava a ser adotado no final da década de 1970. Podemos compreender cada uma dessas séries como a analítica de diferentes estratégias históricas, que redundaram no presente de então, e que ressoam em nossa própria época, e que nos fornecem pistas para a ontologia de nós mesmos.

Talvez, essa configuração que ora abordamos seja dar alguns passos além do que Foucault pretendia, especialmente porque ele era contra as teorias totalizantes, em benefício de “flechas genealógicas”. Mas pretendemos fazer um uso anarquista dos textos de Foucault, como ele mesmo defendia, segundo Vaccaro [1990].

### **Genealogia do neoliberalismo**

A análise de Foucault, no curso de 1978-1979 no *Collège de France*, se foca tanto no liberalismo econômico quanto no neoliberalismo, de vertente alemã e estadunidense. Ele os aborda enquanto uma “racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (FOUCAULT, 2008, p. 4). Ou seja, Foucault quer analisá-los enquanto práticas de governo. A análise começara no ano precedente, quando Foucault abordou a emergência da razão de Estado, na aurora da modernidade, já ali indicando o termo governamentalidade, isto é, as práticas de governo, o governo compreendido nem do lado puro das relações de poder, nem das formas teóricas que o justificam, mas de sua ação efetiva. Governamentalidade indica “a maneira pela qual a conduta de um conjunto de indivíduos se encontra implicada, de maneira de mais em mais marcada, no exercício do poder soberano” (FOUCAULT, 1994a, p. 720, tradução nossa).

Para tanto, Foucault empreende dois movimentos teóricos distintos. O primeiro é o abandono do que ele chama de “universais” da política, tais quais povo, soberano e Estado; o segundo, consequência do primeiro, é tomar o Estado não como realidade em si, mas como correlato de uma prática de governo. Assim, a prática de governo neoliberal

enseja um Estado neoliberal. Foucault coloca-se, dessa forma, contra uma de suas principais fontes, Nietzsche, que tomava o Estado como “o mais frio de todos os monstros frios”, em seu adágio (NIETZSCHE, s.d., p. 65).

Foucault se propõe a empreender a investigação, após analisar as vicissitudes do liberalismo europeu, da emergência, em meados do século XX, do neoliberalismo. Segundo ele, assim como, no século XIX, os imigrantes ajudaram a difundir o socialismo, no século XX, os imigrantes difundiram a fobia em relação ao Estado. Pode-se dar razão a Foucault, se pensarmos em textos como o de Soljenítsin, Orwell ou o de Anne Frank, ou ainda no grande sucesso editorial de Arendt, com seus livros que descrevem aquilo que ela chama de *totalitarismo*. Foucault aponta que o *neoliberalismo* se desenvolveu em duas frentes distintas, uma alemã, desenvolvida entre a República de Weimar e a reconstrução do pós-Guerra, chamada pelo filósofo de Poitiers de *ordoliberalismo*; e outra estadunidense, desenvolvida como crítica ao *New Deal*. Muitos elementos as unificam, como a censura ao *keynesianismo*, ao *intervencionismo*, ao *planismo* — enfim, aos traços de Estado na economia.

Quanto ao neoliberalismo alemão, ele já foi bastante analisado. Conforme a análise de Luiz (2013), pode-se resumi-lo dizendo que ele surge em torno da revista *Ordo*, de onde Foucault tira o nome de *ordoliberalismo*, também chamado de Escola de Friburgo, aglutinando nomes como Eucken, Bohn, Muller-Armack, Röpcke, Rüstow e von Hayek. Encarando os problemas da reconstrução alemã no pós-Guerra, estes liberais postulavam questões diferentes daquelas do liberalismo clássico. Para estes, tratava-se de como, no interior de um Estado despótico (o *Antigo Regime*), constituir um espaço de liberdade econômica que servisse como local de verificação (avaliação das condições de verdade) do governo, quer dizer, para auferir se um governo é hábil ou inábil em relação a um saber constituído enquanto parâmetro desta aquilatação, saber este tomado como verdadeiro. Os neoliberais do *ordoliberalismo* tomavam como grande questão saber como, a partir de liberdades econômicas, constituir um Estado, aquele alemão do final dos anos 1940, em uma Alemanha ocupada e dividida. Os adeptos desta corrente estabeleceram um campo de adversidades, ao mostrar como o nazismo não foi mera questão política, mas fruto das escolhas econômicas — bem dito, do *planismo* — que guiaram as ações econômicas estatais no país, tais como as distintas economias de guerra, o rudimento de um Estado de bem-estar proposto por Bismarck, o antiliberalismo de List, etc. Para estes ordoliberais, o grande problema econômico do Estado não era a questão deste intervir ou não na economia; para eles, a intervenção do Estado deveria ser constante, mas de forma adequada. Isto se daria através de uma política econômica ativa, na forma da moldura jurídica, quer dizer, estabelecendo as regras segundo as quais os agentes econômicos deveriam agir, mas sem alterar as regras para favorecer um ou outro agente.

O *ordoliberalismo* se difundiu, segundo Foucault, em duas direções principais, a francesa e a estadunidense. Neste caso, é necessário notar a grande difusão do liberalismo nos EUA, verdadeira ideia fundadora da nação, através de homens como Franklin. Lá, por

meio dos pensadores da escola de Chicago, encontrou terreno fértil para suas proposições, embora nos EUA nunca tenha existido um autêntico Estado de bem-estar social; mas as distintas crises, de governos como Nixon e Carter, propiciaram condições favoráveis para a difusão do neoliberalismo, especialmente após as seguidas crises do petróleo, curiosamente originadas da adoção, pelos países da OPEP, de uma política de preços pró-mercado. Nossa análise, por este turno, se centrará na escola neoliberal estadunidense, dada sua difusão no Brasil contemporâneo, e, por consequência, seus efeitos na sociedade tupiniquim.

Segundo Foucault, o neoliberalismo estadunidense desenvolveu-se em um mesmo contexto semelhante ao alemão e ao francês: a existência de um plano — o *New Deal* —, a crítica desse plano e do keynesianismo. Seu texto fundador seria “Um programa positivo para o *laissez-faire*”, de Simons, publicado em 1934; ele seria o pai fundador da Escola de Chicago. Além disso, havia, naquele contexto, a questão dos planos e dos intervencionismos elaborados durante a II Guerra Mundial, por meio dos quais os governos, sobretudo os ingleses e estadunidenses, propunham um pacto de guerra aos cidadãos: lutem agora na guerra e vocês terão um emprego assegurado até o fim de seus dias, pactos sociais e de segurança. Outro elemento é que, através desses programas de intervenção, a administração federal crescia, ou seja, aumentava-se o tamanho do Estado.

Eis os adversários do neoliberalismo estadunidense. Na França, os inimigos eram as políticas keynesianas do pós-Guerra e as políticas da Frente Popular de Leon Blum (1936-1938). Contudo, há muitas diferenças entre o liberalismo europeu e o norte-americano. Ao contrário da França — onde o liberalismo buscava exercer-se enquanto princípio moderador da razão de Estado —, nos EUA o liberalismo desempenhou um papel de plataforma econômica, que terminou por conduzir o país à Independência —, quer dizer, o liberalismo exerceu o mesmo papel que na Alemanha em 1948: um papel de fundação de uma nova ordem político-econômica. Todas as discussões e orientações políticas dos EUA se deram em torno do que é o liberalismo, segundo Foucault, ao menos. O não-liberalismo, diz o mestre francês, somente foi introduzido nos EUA no seio do século XX, na medida em que se tratava de elaborar políticas socializantes ou de armar as bases de um Estado militarista e militar. Esta afirmação de Foucault é facilmente contestável, especialmente se nos lembrarmos, por exemplo, das inúmeras lutas socialistas que clivaram a sociedade estadunidense em meados dos séculos XIX; e até mesmo de um liberal, por muitos aproximados do socialismo, como Thoreau, que se contrapunha a armação dos EUA moderno. Mas, diz Foucault, as críticas tanto à direita (em defesa da tradição liberal, antissocialistas), quanto à esquerda (contra o desenvolvimento do Estado imperialista), apareceram somente no século XX. Contudo, como apontamos, o não-liberalismo já estava presente dos EUA no século XIX — não é apanágio do século seguinte.

Nos EUA, o liberalismo é muito mais que uma opção política ou uma técnica de governo em relação aos governados; trata-se de um modo de relacionamento entre

governantes e governados, diz Foucault. É uma reivindicação global, à direita e à esquerda; é a questão das liberdades; é um método de pensamento sociológico; é uma utopia, sempre acesa. Hayek (apud FOUCAULT, 2008) indicava como necessidade universal tornar o liberalismo um estilo geral de pensamento, torná-lo vivo. É justamente neste sentido que Foucault se propôs a analisar o neoliberalismo estadunidense, distinguindo-o do alemão, e se focando sobremaneira na teoria do capital humano e em seu programa para uma análise da criminalidade e delinquência.

Quanto à teoria do capital humano, esta faz uma abordagem econômica de um campo inexplorado para os economistas, reinterpretando economicamente o que não era feito assim de modo algum, ao menos até então. Os neoliberais estadunidenses consideravam estranho o fato de o trabalho, enquanto categoria de pensamento, nunca ter sido alvo dos liberais, embora estes indiquem expressamente que a produção depende de três fatores: a terra, o capital e o trabalho. Malgrado a análise de Smith principie pelo trabalho, dada a economia política clássica, sempre buscou reduzir o trabalho ao fator tempo, como fez Ricardo ao reduzir a análise do trabalho a termos quantitativos (o número de trabalhadores) ou de acordo com o fator tempo. Em Keynes tampouco há essa análise, pois ele nada mais faz que considerar o trabalho um fator de produção totalmente passivo, que só encontra atualidade em decorrência de uma alta taxa de investimento. O primeiro neoliberal a buscar elaborar essa análise é Theodore Schultz em *Investment in human capital*, de 1971; mas também Gary Becker, *Human capital*, 1964, ou Jacob Mincer *Schooling, Experience Earnings*, de 1974, sempre de acordo com Foucault (2008).

Marx empreendia a análise do trabalho, mas os neoliberais quase nunca discutem com ele. Marx mostra que o operário vende não seu trabalho, mas sua força de trabalho por certo tempo e recebe, em troca, um salário definido pela oferta e procura da força de trabalho. O trabalho cria um valor universal que é extorquido pelo capitalista; por isso, trata-se não de um trabalho concreto, mas de um trabalho abstrato, desprovido de realidade humana ou variáveis qualitativas, transformado em produto mercantil, do qual o capitalismo somente retém os efeitos de valor produzidos. O trabalho abstrato é resultado da própria lógica e desenvolvimento histórico do capitalismo, diz Marx, segundo Foucault (2008). Para os neoliberais, o trabalho abstrato não é resultado do capitalismo real, mas, sim, do modo como a economia clássica o concebeu — e isto porque eles não puderam teorizar as modulações qualitativas do trabalho e seus efeitos; é o que os economistas clássicos tomavam como objeto da economia: o capital, o investimento, o produto, a máquina, etc.

Os neoliberais pretendem levar a cabo uma mutação epistemológica da análise econômica; trata-se de mudar seu objeto, seu campo de referências. Até o século XX, a economia tomava como objeto

(...) o estudo dos mecanismos de produção, dos mecanismos de troca e dos fatos de consumo no interior de uma estrutura social dada, com as interferências desses três mecanismos. Os economistas neoliberais consideram que a análise econômica deve consistir (...) no estudo e

análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros (FOUCAULT, 2008, p. 306)

Ou, como é chamado, opções substituíveis. Para eles, “a economia é a ciência do comportamento humano [...] como uma relação entre fins e meios mutuamente excludentes” (ibid., p. 306), na definição de Robins, de 1932. Para os neoliberais estadunidenses, “a economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica do processo, é a análise da racionalidade interna, da própria programação estratégica da atividade dos indivíduos” (ibid., p. 307). O trabalho deve ser entendido sob o ponto de vista de uma atividade estratégico-econômica, devendo se buscar como sua racionalidade e diferenças qualitativas podem ter um efeito econômico; quer dizer, o trabalhador deixa de ser objeto para se tornar sujeito ativo. Do ponto de vista do trabalhador, ele trabalha para obter uma renda que é o produto do capital; este será, em contrapartida, tudo aquilo que pode gerar renda; mas é também capital o conjunto de esforços físicos e psicológicos que tornam alguém apto a ganhar este ou aquele salário. O trabalho é capital e renda; quer dizer, o trabalhador é uma competência para fazer algo, é uma máquina que produz fluxos de renda — o trabalhador não se aliena, pois sua competência é indissociável de si mesmo. Essa máquina tem uma duração de vida, torna-se obsoleta. Trata-se de analisar esta máquina-fluxo, não o trabalhador que vende sua força de trabalho para uma empresa que tem um capital; ora, próprio trabalho, na medida em que gera uma renda, é um capital, e cada trabalhador é uma empresa. É a radicalização de uma sociedade constituída de unidades-empresa o que o neoliberalismo propõe.

Diz-se que o neoliberalismo faz retornar a noção de *homo oeconomicus*, o parceiro da troca, o que requer uma análise em termos de teoria da utilidade a partir das necessidades — as necessidades indicam a utilidade que funda a troca. Para o neoliberalismo, o *homo oeconomicus* é o empresário de si mesmo, sendo seu próprio capital, seu produtor e fonte de renda. Para eles, por exemplo, o homem que consome não é um parceiro da troca, mas um produtor de satisfação para si a partir do capital que dispõe.

O salário é a renda de um determinado capital, o capital humano, da competência-máquina que não pode ser dissociada de seu portador. O capital humano é composto de elementos adquiridos postos à baila no mercado. Elementos inatos: aqueles genéticos, aos quais não se paga, ao menos, por enquanto. Há toda uma discussão sobre o aparelho genético herdado na economia, e pode ser que, diz Foucault, isto se reverta em políticas reais de determinação de dado capital humano em termos de uma discussão de melhoramento genético humano, o que pode suscitar debates de bioética. A problematização sobre o padrão estético (por exemplo, loiro, caucasiano, olhos claros) e seu valor econômico (no mercado da moda ou da arte, digamos) não é objeto de Foucault, mas pode se constituir em boa via de pesquisa para problematizar suas análises, via esta pela qual não nos encaminharemos.



Sendo muito custoso, o capital humano em seu lado genético ainda não é realidade. A parte mais importante deste capital é aquela adquirida ao longo de uma vida. Para formar uma competência-máquina devem-se fazer investimentos educacionais; são investimentos em educação superior ou técnica, mas são também as horas que os filhos passam com os pais, o nível cultural destes, os estímulos culturais dispensados a uma criança, enfim, o que os neoliberais chamam de análise ambiental da vida da criança, com a quantificação de cada elemento e de sua relação com a formação do capital humano. Há, além disso, todas as questões referentes à saúde individual que melhoram e conservam, para uma utilização prolongada, o capital humano, e que conduzem a uma nova reflexão sobre as questões de higiene pública. Os neoliberais analisam também a mobilidade, um dos elementos constitutivos do capital humano, por exemplo, a migração, que é simultaneamente um custo (não se ganha renda, há um custo psicológico), mas é também um investimento, que tem por função, do ponto de vista do imigrante, uma melhoria de renda — por isso a mobilidade é a capacidade de optar pelo investimento de uma população (FOUCAULT, 2008).

Além das consequências e significações políticas imediatas, essas análises trazem à tona uma revisão de fenômenos estudados pela economia clássica. A questão do progresso técnico ou da inovação, por exemplo: Schumpeter observou que a queda tendencial da taxa de lucro era permanentemente corrigida, ao contrário do que diziam os economistas clássicos, especialmente Marx; Rosa Luxemburgo apontou que essa correção dava-se pelo imperialismo; já Schumpeter aponta que não só o imperialismo, mas a inovação técnica, somada a novos mercados e fontes de mão-de-obra possibilitavam a correção dessa queda. Por isso, a inovação tecnológica tornou-se consubstancial ao capitalismo (FOUCAULT, 2008).

Os neoliberais retomam esse tema da queda tendencial da taxa de lucro e da inovação para observar que não se trata somente disso, ou, mais ainda, da concorrência para explicar o progresso técnico. As inovações são investimentos que foram feitos ao nível do homem, são rendas do capital humano. Os neoliberais procuram mostrar que o crescimento econômico do mundo ocidental e do Japão não pode ser explicado tão somente a partir das variáveis clássicas (*land, labor and capital*). Somente uma análise a partir do capital humano e de como “o capital humano foi aumentado, dos setores nos quais ele foi aumentado e dos elementos que foram introduzidos a título de investimento nesse capital humano” (FOUCAULT, 2008, p. 319) pode explicar o mistério da riqueza ocidental. A partir dessa análise histórico-econômica, faz-se uma reorientação das políticas de crescimento material do capital físico e do aumento do número de trabalhadores, para uma política de investimentos no capital humano — política econômica, social, educacional, etc. Faz-se uma releitura histórica do atraso do Terceiro Mundo como decorrente não da falta de investimentos e mecanismos econômicos, mas da insuficiência de capital humano. Passa-se a observar o desenvolvimento, a decolagem econômica dos séculos XVI e XVII não desde um ponto de vista que salienta o capital físico, mas o capital humano.

Se ainda não saímos da época do governo frugal (Benjamin Franklin), como diz Foucault (2008), é porque ainda estamos presos na mesma série de problemáticas que orientaram o surgimento do neoliberalismo, malgrado (e talvez por isso mesmo) a queda da URSS e a restauração do capitalismo nessa região do globo.

### Neoliberalismo como estratégia

Diz Perry Anderson, um dos marxistas mais destacados da contemporaneidade, em um de seus textos sobre o neoliberalismo:

Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado (ANDERSON, 1995, p. 12)

Para Anderson, portanto, o neoliberalismo é uma posição coerente e consciente de alguns segmentos sociais, adotado desde fins do século XX e continuado no século XXI, podemos acrescentar sem prejuízo ao autor. Para Foucault, no entanto, embora tenha sido pensado, pode-se dizer que o neoliberalismo constitui-se em uma estratégia histórica, conforme expomos. Como conciliar, caso haja conciliação possível, entre as duas posições, cada qual eivada de verdades, uma marxista e a outra foucaultiana *avant la lettre*?

É fato que o neoliberalismo tem sido debatido por todo o mundo, que muitos países têm seguido suas orientações, que o debate público, globo afora, inclusive no Brasil, é dominado por suas posições. Afinal, na *terra brasilis* de 2020, a palavra de ordem é corte de gastos, diminuição do Estado, empreendedorismo, enfim, termos originados nas doutrinas do neoliberalismo, seja alemão, seja estadunidense.

É fato também que a implementação do neoliberalismo em terras latino-americanas implicou uma série de lutas de resistências. Desde o movimento contra a ALCA, às lutas da população boliviana pelo controle das águas, passando pelas jornadas argentinas em 2001 e a seguida eleição de governos ditos progressistas, os quais alguns ainda prosseguem no controle do Estado.

Talvez seja na dinâmica entre neoliberalismo e resistência que possamos encontrar a solução deste dilema entre o marxismo de Anderson e as posições de Foucault. Anderson aponta, em seu texto, escrito em 1995, que o neoliberalismo não foi bem sucedido, tendo conseguido avanços e perdas, desde seus objetivos. Contudo, não se pode negar que ele foi concebido e têm sido constantes as tentativas de aplicá-lo. Ele poderia ser encaixado na categoria de *estratégia histórica* na medida em que se forjou em um devir belicoso uma força social que o impulsionava, no sentido de formar um dispositivo, e, ao mesmo tempo, essa força encontrou resistências. Conforme mostrado, a estratégia histórica implica que uma idéia, uma teoria tenha se insinuado historicamente em uma correlação de forças e, em seu devir e na disputa que o segue, tenha se implementado, mesmo que parcamente, devido às resistências, constituindo um

dispositivo. Desde o governo Collor, no Brasil, vem se buscando transformar a sociedade brasileira em um sentido neoliberal, sentido este que prossegue até hoje com o governo Bolsonaro. Esta ideia motriz dos distintos governos brasileiros busca engendrar um novo tipo de sociedade, onde não esteja presente a contradição capital-trabalho, mas onde todos sejam empreendedores, quer dizer, se fortalecem as ideias ligadas às noções de capital humano, conforme defendidas pelo neoliberalismo estadunidense. Talvez, se realizado, não se possa mais falar em sociedade, onde se pressupõe que todos guardem algum interesse comum, mas deva-se plasmar um novo nome.

Na América Latina, conforme Anderson (1995), o mesmo se pode dizer: desde meados dos anos 1980 vem-se buscando implementar um modelo econômico coadunado ao que se convencionou chamar de *Consenso de Washington*, que visa implementar sociedades atrativas aos capitais internacionais, com serviços, até então entendidos como direitos, privatizados, como água e educação, mas restritos aos que podem pagar, quer dizer, hostis às suas populações, na maior parte miseráveis ou de renda muito baixa. Assim, em sua implementação, o neoliberalismo vem enfrentando constantes desafios, materializados na luta popular, a qual, ao mesmo tempo em que lhe dota de um cariz particular para a região, por isso mesmo enfraquecem alguns aspectos básicos da teoria. Recentemente vimos revoltas populares contra medidas neoliberais no Equador e no Chile, ao mesmo tempo em que, no Brasil, a população adormece em um governo que lhe propõe um futuro muito diferente até mesmo dos direitos básicos elencados na Carta Magna do país, como educação e saúde; tudo isso em nome de uma medida que estabeleceu um teto para os gastos do governo, inclusive aqueles sociais, que impactam diretamente na vida dos setores mais fragilizados da já combalida população brasileira — trata-se da Emenda Constitucional número 95.

Foucault e Anderson, por vias diferentes, podem ser integrados em um pensamento que sirva para dotar esses setores de uma teoria entendida como caixa de ferramentas, que possa contribuir para a reversão do dispositivo neoliberal montado no país e no subcontinente. Este é o sentido do que apontamos acima e que, alguns autores tentam fazer, como Bidet (2014), Dardot e Laval (2014), sobretudo, Negri e Hardt (2000; 2004). O primeiro pensa que é possível integrar as análises de marxistas e foucaultiano na medida em que eles tratariam de níveis diferentes da realidade social. Os últimos vão desenvolver as posições de Foucault e Marx em propostas ligadas a um novo sujeito da revolução (a multidão) e um novo princípio em torno do qual organizar as lutas, a ideia de comum. São textos densos, filosofia e politicamente falando, que merecem atenção especial, a qual lhes concederemos em textos a seguir.

De todo modo, é na luta entre insistências a favor da constituição de um dispositivo neoliberal, por parte de variadas forças sociais, e a resistência a este, que tem se forjado as modernas sociedades latinoamericanas, surgidas de uma disputa pelo seu futuro. Esta disputa, por mais que custe, certamente alegraria Foucault, este belicoso, adepto das resistências.

## Referências

- AGAMBEN, G. *Che cos'è un dispositivo?* Roma: Nottetempo, 2006.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. in In SADER, E., GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BIDET, J. *Foucault avec Marx*. Paris: La Fabrique, 2014
- CASTRO, E. *Vocabulário Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, 2ª ed.
- CHANG, H-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. SP: EDUNESP, 2004
- \_\_\_\_\_. *Economia: modo de usar*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.
- DARDOT, P. LAVAL, C. *Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2014
- DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *O que é um dispositivo?* In: G. Deleuze, *O mistério de Ariana*, pp. 83-96. Lisboa: Vega, 1996b.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits 1976-1979 v. III*. Paris: Gallimard, 1994a.
- \_\_\_\_\_. *Dits et écrits 1954-1988: IV 1981-1988*. Paris: Gallimard, 1994b.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARDT, M. NEGRI, A. *Empire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000
- \_\_\_\_\_. *Multitude: war and democracy in the age of Empire*. New York: Peguin Press, 2004
- LUIZ, F. Governo e Mercado: Foucault e a emergência do neoliberalismo Alemão. *Humanidades em Diálogo* (Impresso), v. IV, p. 155-170, 2013.
- NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- REVEL, J. *Michel Foucault, un'ontologia dell'attualità*. Dottorato di Ricerca in "Scienza, Tecnologia e Società". Rubbettino Editore, 2003.
- SADER, E., GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- VACCARO, S. *Foucault e o anarquismo*. Disponível em <[http://ccssp.com.br/arquivos/textos/Salvo Vaccaro foucault e o anarquismo.pdf](http://ccssp.com.br/arquivos/textos/Salvo_Vaccaro_foucault_e_o_anarquismo.pdf)>, acessado em 19/10/2019 [1990].